



Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado da Covilhã

Preambulo

O Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro, no art.º 21º, atribui ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV) competências para a promoção, coordenação e qualificação do Voluntariado.

Nos termos do n.º 1 do art.º 23 e alínea u) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal da Covilhã reúne condições para ser entidade enquadradora de um Banco Local de Voluntariado.

Assegurando o enquadramento de Bancos Locais de Voluntariado entidades de direito publico com características diferenciadas, próximas das populações, com o objetivo comum do bem estar social dos seus concidadãos, considerou—se necessário a elaboração de um regulamento interno para o funcionamento destas estruturas, de modo a agilizar os procedimentos sem olvidar os princípios do enquadramento a serem observados pelas respetivas entidades.

Capitulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

(Âmbito)

1 — O Banco Local de Voluntariado da Covilhã adiante designado por BLV, como entidade enquadradora a Câmara Municipal da Covilhã, sendo objeto do presente regulamento a definição das responsabilidades assumidas pela entidade enquadradora, no seu papel de agente dinamizador da atividade.

2 — O BLV é uma estrutura de proximidade, criada pelo CNPV, de âmbito de concelhio, que promove o encontro entre a oferta e a procura de Voluntariado, prestando um serviço à sua Comunidade.

Artigo 2

(objetivos)

1 — Acolher as candidaturas de pessoas interessadas em fazer voluntariado bem como as inscrições das organizações que pretendem integrar voluntários.

2 - Proceder ao encaminhamento de voluntários para as organizações promotoras, acompanhando o processo da sua integração.



Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado da Covilhã

Capítulo II

Voluntariado

Artigo 3º

(definição de voluntariado e de voluntário)

Lei n.º 71/98 — art. 2.º e 3.º.

1 — Voluntariado é um conjunto de ações de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projetos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

2 — O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar ações de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.

3 — A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da lei.

Artigo 4º

(Princípios Enquadradores de Voluntariado)

Lei n.º 71/98 — art. 6º

1 — O Voluntariado obedece aos princípios da solidariedade, da participação, da cooperação, da complementaridade, da gratuidade, da responsabilidade e da convergência.

Artigo 5º

(organizações Promotoras de Voluntariado)

(Lei n.º 71/98 — art.º. 4.º e Decreto-Lei n.º 389/99 — art.º 2º)

1 — Consideram-se organizações promotoras as entidades públicas da administração central, regional ou local ou outras pessoas coletivas de direito público ou privado, legalmente constituídas, que reúnam condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade.

2 — Reúnem condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade as pessoas coletivas que desenvolvam atividades nos domínios a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, e que se integrem numa das seguintes categorias:



Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado da Covilhã

- a) Pessoas coletivas de direito público de âmbito nacional, regional ou local;
- b) Pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- c) Pessoas coletivas de utilidade pública, incluindo as instituições particulares de solidariedade social.

3 — Podem ainda reunir condições para integrar voluntários e coordenar o exercício da sua atividade organizações não incluídas no número anterior, desde que o ministério da respetiva tutela considere com interesse as suas atividades e efetivo e relevante o seu funcionamento.

Artigo 6º

(domínios de Voluntariado)

Lei n.º 71 /98- n. 3 do artº.º4.º

1- O Voluntariado pode ser desenvolvido em todas as áreas de atividade humana, nos domínios cívico, da ação social, da saúde, da educação, da ciência e cultura, da defesa do património e do ambiente, da defesa do consumidor, da cooperação para o desenvolvimento, do emprego e da formação profissional, da reinserção profissional, da proteção civil, do desenvolvimento da Vida associativa e da economia social, da promoção do voluntariado e da solidariedade social, ou em outros de natureza análoga.

Capítulo III

Organização e funcionamento do Banco Local de Voluntariado da Covilhã

Artigo 7º

(inscrição dos voluntários e das entidades promotoras de voluntariado)

1 — Compete ao BLV da Covilhã proceder à inscrição dos voluntários e das organizações promotoras de voluntariado, mediante o preenchimento de 2 fichas de inscrição/registo, normalizado pelo CNPV, sem prejuízo de outras formas de contacto entre os voluntários e as organizações promotoras de voluntariado.

2 — O BLV deverá reunir condições técnicas e logísticas para realizar uma entrevista aos voluntários, com o objetivo da definição do seu perfil.

3 — O BLV com os elementos recolhidos devesse elaborar uma base de dados e cruzar as informações constantes das fichas, com os perfis e competências definidos, de forma a proporcionar um adequado encaminhamento.



Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado da Covilhã

Artigo 8º

(Encaminhamento)

O BLV procedera ao encaminhamento dos voluntários para a organização mais consentânea tanto com as aptidões e preferências evidenciadas pelo candidato, como com o perfil solicitado pela organização promotora de voluntariado, que o vai integrar.

Artigo 9º

(Acompanhamento e Avaliação)

Posteriormente, com a periodicidade a acordar entre o BLV e a entidade promotora de voluntariado, deverá ser feita uma avaliação geral da satisfação do voluntário e da organização promotora de voluntariado pelo trabalho desenvolvido.

Devera, ainda, ser remetida ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), anualmente, um relatório de avaliação relativo ao funcionamento do BLV com o objetivo de se dispor de informação que permita desenvolver as ações que facilitem o regular acompanhamento da sua atividade dos BLV, no âmbito de um acompanhamento global aos mesmos.

Capítulo IV

Relação entre a entidade enquadradora e o CNPV

Artigo 10º

(Protocolo de Colaboração)

Para formalização dos compromissos das partes, no quadro das respetivas obrigações, O Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado celebra com a de Voluntário um Protocolo de entidade enquadradora do Banco Local um Protocolo de Colaboração, tendo como objeto a criação e funcionamento do BLV.

Capítulo V

Relação entre o BLV, Entidade Promotora de Voluntariado e Voluntário

Artigo 11º

(sensibilização das partes)

A preceder o início da atividade voluntária devera o BLV promover uma reunião entre as partes (voluntário e organização promotora de voluntariado) por forma a sensibilizar ambos para as questões mais relevantes:



Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado da Covilhã

- Programa de Voluntariado para cada voluntario;
- Formação geral e específica (a formação geral cabe ao BLV sendo que a formação específica deve ser assegurada pela entidade promotora de voluntariado)
- Seguro obrigatório em caso de acidente ou doença sofridos ou contraídos por causa direta e especificamente imputável| ao exercício do trabalho voluntario.
- Cartão de identificação do voluntario;
- Certificação do trabalho voluntario (aquando da cessação da atividade ou quando solicitado pelo interessado).

Artigo 12º

(Direitos e Obrigações das Entidades Promotoras de Voluntariado)

- 1 — Designar um responsável para efetuar o enquadramento, acompanhamento e avaliação do voluntario no decurso da atividade a desenvolver.
- 2 — Elaborar e estabelecer com o voluntario um programa de voluntariado, subscrito pelas partes, que defina a natureza, duração e periodicidade da atividade voluntaria a desenvolver.
- 3 — Assegurar a correta utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios colocados ao dispor do voluntario.
- 4 — Garantir a formação específica para os voluntários.
- 5 — Assegurar os encargos com a apólice do seguro obrigatório para os voluntários, nos termos da alínea g) do art.º 9º da Lei 71/98, de 3 de Novembro conjugado com o art.º 16º do Decreto-Lei 389/99, de 30 de Setembro.
- 6 — Assegurar os custos com despesas relacionadas com os transportes, decorrentes da atividade, se a eles houver lugar, assim como os inerente as refeições, se tal se justificar.
- 7 — A entidade promotora reserva-se o direito de não aceitar o voluntario encaminhado pelo BLV, sempre que considere que o mesmo não se adequa ao projeto a desenvolver, devendo dar conta desta decisão ao BLV.

Artigo 13º

(Direitos e Obrigações dos Voluntários)

Lei n.º 71/98 — Artigo 7.º

- 1 — Ter acesso a programas de formação inicial (geral e específica) e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntario.
- 2 — Dispor de um cartão de identificação de voluntario.



Normas de Funcionamento do Banco Local de Voluntariado da Covilhã

- 3 — Ter ambiente de trabalho favorável e em condições de higiene e segurança.
- 4 — Estabelecer com a entidade que colabora um programa de voluntariado que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho voluntário que vai realizar;
- 5 — Assegurar a correta utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios colocados ao seu dispor.
- 6 - Enquadrar-se no regime do seguro obrigatório.
- 7 — Ser reembolsado das importâncias despendidas no exercício de uma atividade programada pela organização promotora, desde que inadiáveis e devidamente justificadas.
- 8 — Não representar a Organização Promotora de Voluntariado, se para tal não estiver mandatado.
- 9 — Ser reconhecido pelo trabalho que desenvolve com certificação.
- 10 — Receber apoio no desempenho do seu trabalho com acompanhamento e avaliação técnica.
- 11 — Participar das decisões que dizem respeito a atividade voluntária que pratica.

Capítulo VI

Disposições finais

Artigo 14º

(Alterações ao regulamento)

Este regulamento poderá sofrer, a todo o tempo e nos termos legais, as alterações consideradas necessárias, que após aprovação pelo CNPV, passarão a vigorar em data a fixar.

Artigo 15º

(Omissões)

A resolução dos casos omissos, assim como a interpretação, em caso de dúvida, das disposições constantes das presentes normas, após submissão ao CNPV e sua aprovação serão o objeto de decisão por parte da Entidade Enquadradora do BLV do Concelho da Covilhã.

Artigo 16º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no dia 01 de Agosto de 2017

1. DADOS PESSOAIS

Nome: _____

Sexo: M ☐ F ☐

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos B.I./CCn.º: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ - _____ Freguesia: _____

Telefone : _____ Telemóvel : _____ Fax : _____

E-mail: _____

Habilitações literárias: _____

Profissão: _____

Outras competências: _____

Situação perante o trabalho:

☐ Empregado/a ☐ Desempregado/a ☐ Reformado/a ☐ Outra: _____

2. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA ENTIDADE

☐ Ação cívica

☐ Ciência e/ou Cultura

☐ Defesa do consumidor

☐ Desenv. da vida associativa e
Economia Social

☐ Desporto

☐ Emprego e formação prof.

☐ Proteção Civil / Bombeiros

☐ Outra. Qual? _____

☐ Ação Social

☐ Cooperação para o desenv./ajuda humanitária

☐ Defesa do património e do ambiente

☐ Educação

☐ Justiça (Apoio Vítima Reinserção Social, Direitos
Humanos)

☐ Promoção do voluntariado e da solidariedade

☐ Saúde

3. TEMPO DISPONIVEL

Dias da Semana: _____

Horas por dia: _____ Horas por semana: _____

4. JÁ EXERCEU ALGUMA ATIVIDADE DE VOLUNTARIADO?

Sim ☐ Não ☐

Se respondeu sim:

Áreas de intervenção: _____

Tempo de duração: _____

Entidade: _____

Assinatura do Voluntário: _____

Data: ____/____/____

Recebido pelo BLVC a: ____/____/____

Assinatura do Coordenador: _____

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da entidade/organização: _____

Tipo de entidade (IPSS's, ONG, Associação, Fundação etc): _____

Morada: _____

Código Postal: _____ - _____ Freguesia: _____

Telefone : _____ Telemóvel : _____ Fax : _____

E-mail: _____

Sítio da Internet _____

Responsável pelo acolhimento e acompanhamento dos voluntários:

Nome: _____

Função/cargo: _____

Contacto: _____

2. ÁREAS DE INTERVENÇÃO DA ENTIDADE

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Ação cívica | <input type="checkbox"/> Ação Social |
| <input type="checkbox"/> Ciência e/ou Cultura | <input type="checkbox"/> Cooperação para o desenv./ajuda humanitária |
| <input type="checkbox"/> Defesa do consumidor | <input type="checkbox"/> Defesa do património e do ambiente |
| <input type="checkbox"/> Desenv. da vida associativa e Economia Social | <input type="checkbox"/> Educação |
| <input type="checkbox"/> Desporto | <input type="checkbox"/> Justiça (Apoio Vítima Reinserção Social, Direitos Humanos) |
| <input type="checkbox"/> Emprego e formação prof. | <input type="checkbox"/> Promoção do voluntariado e da solidariedade |
| <input type="checkbox"/> Proteção Civil / Bombeiros | <input type="checkbox"/> Saúde |
| <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____ | |

3. PRINCIPAL POPULAÇÃO-ALVO ABRANGIDA (Crianças, Jovens, Pessoas Idosas, Famílias, Outros)

4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS PROJECTOS DE VOLUNTARIADO

5. REFERÊNCIAS GERAIS DO PERFIL DE VOLUNTÁRIOS (grupo etário, género, formação, disponibilidade horária, habilitações, etc)

6. HORÁRIOS EM QUE NECESSITAM DE VOLUNTÁRIOS (referir o n.º de horas em cada período)

<i>Dia da Semana</i>	<i>Manhã</i>	<i>Tarde</i>	<i>Noite</i>
<i>2ª Feira</i>			
<i>3ª Feira</i>			
<i>4ª Feira</i>			
<i>5ª Feira</i>			
<i>6ª Feira</i>			
<i>Sábado</i>			
<i>Domingo</i>			

N.º máximo de voluntários a encaminhar para a entidade: _____

7. EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM ENQUADRAMENTO DE VOLUNTARIADO

N.º de Anos: _____

Áreas: _____

Assinatura do Responsável pela entidade: _____

Data: ____/____/____

Recebido pelo BLVC a: ____/____/____

Assinatura do Coordenador: _____